

1. Terrenos a 80 mil dólares

A Capital

De 24 de Março à 01 de Abril de 2010

A pretexto de algumas zonas constituírem «Reserva do Estado», os responsáveis da Administração da Samba não têm tido mãos a medir, quando se trata de demarcar zonas, supostamente de interesse público.

Fazem-no com a maior naturalidade deste mundo, à luz do dia...

Para tal recorrem aos mais variados expedientes (vide painéis) como, por exemplo, «Espaço reservado para equipo urbano», «Proibido construir no pulmão» e «Futuras instalações da subsituação na edel».

Era suposto que determinadas áreas protegidas a coberto do interesse público fossem, de facto, destinadas à construção de centros de saúde, farmácias, serviços de administração, jardins, talhos, peixarias ou de outros empreendimentos sociais.

Mas, no terreno, temos vindo a assistir que o chamado interesse público estará a ser relegado para segundo plano. Ou, antes, a servir de pretexto para uma série de negociatas. Embora os responsáveis da administração aleguem que não dispõem de meios rolantes; para terraplenar as estradas ou prestar serviços mínimos de limpeza das vias, o facto é que não têm faltado meios para demolir casas ou caboucos.

Nessas empreitadas empregam retro-escavadoras, camiões, sem se esquecer, claro, de mobilizar um desproporcional aparato policial. Mas há mais: o surgimento de uma estrada asfaltada, que dá acesso ao Estádio 11 de Novembro, ao Camama, tem estado a atiçar os apetites dos homens da administração local, já que os terrenos à volta foram valorizados.

Há mesmo indicações de que algumas ruas estão a ser fechadas para, nos respectivos espaços, serem erguidas as moradias. Dados obtidos por este jornal apontam que estão a ser negociados terrenos em áreas, que antes haviam sido demolidas, a pretexto do tão propalado «interesse público», pela astronómica soma de 80 mil dólares.

Trata-se de terrenos com as dimensões de 20/30 m².

Os de maiores dimensões vão para além dos 100 mil dólares. Existem, inclusive, casos de individual, cujas obras foram demolidas, por supostas ilegalidades, mas que acabaram por ser autorizados a dar continuidade às empreitadas, depois de uma «boa conversa» com os chefes da administração local...

A promiscuidade entre os interesses privados e públicos é de tal sorte que o cidadão é quase sempre levado a desconfiar das intenções dos responsáveis da Administração da Samba, por mais nobres que sejam. Fica-se mesmo com a nítida sensação de que o lema é o seguinte: «Partir, primeiro, e depois conversam...

Ou, antes, reservar, para depois se vender... Gestos desta natureza, que em nada dignificam a proibidade administrativa que se pretende, servem apenas para engordar os bolsos de alguns responsáveis e têm o efeito perverso de enfraquecer o poder do Estado e das suas instituições. A demarcação dos espaços e a colocação destes painéis, descontando a gritante falta de estética e os erros ortográficos neles contidos, são mesmo de levar a sério? Ou haverá indivíduos no órgão, que tem o jurista Pedro Fançony à testa, apostados em tomar os demais cidadãos deste país por ingénuos ou néscios?